



COBRAPOL - PÁGINA 2

Sinpol questiona no Supremo estrutura administrativa da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul



SAÚDE - PÁGINA 8

Sindijus lança a campanha unificada Outubro Rosa e Novembro Azul; Previna-se

EM 4 ANOS CAI NÚMERO DE POLICIAIS NAS RUAS E CRIMINALIDADE AUMENTA EM MS



Governador lançou o programa MS Mais Seguro, mas o número de roubos, furtos e estupros é maior neste ano em relação ao último da gestão de André Puccinelli. **Página 4**

CONQUISTAS - PÁGINA 7

ACP comemora o Dia do Servidor com importantes vitórias judiciais para os profissionais da educação

SUCATEAMENTO - PÁGINA 3

Governo vai à Justiça para manter funcionários comissionados no Detran

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PÁGINA 6

STJ arquiva denúncia do Fantástico contra Reinaldo Azambuja, mas tucano ainda é alvo de dois inquéritos

GOVERNADOR - PÁGINA 5

Lideranças dos sindicatos divergem sobre candidatos



"Uma história de trabalho para o desenvolvimento do Brasil e de Mato Grosso do Sul"

Sinpol questiona no Supremo estrutura administrativa da Polícia Civil no Estado

II O Sinpol-MS, através da Cobrapol, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6012, 6013 e 6014), com pedido de medida liminar contra decretos do Estado de Mato Grosso do Sul que dispõem sobre a estrutura básica, competência e composição dos cargos da Diretoria-Geral da Polícia Civil e Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Civil, que tratariam de forma desigual os membros da Polícia Judiciária. De acordo com o presidente do Sinpol-MS e vice-presidente da Cobrapol, Giancarlo Miranda, a intenção é acabar com a discrepância no magistério

policial. “Se o professor é delegado recebe um valor de hora-aula muito maior do quem é agente de polícia e isso viola o princípio constitucional da isonomia. É uma desigualdade que precisa ser corrigida”, destacou.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O diretor jurídico do Sinpol-MS, Max Dourado, observa que também é preciso adequar a composição do Conselho de Ensino da Academia de Polícia. “A Acadepol tem o objetivo de formar policiais civis de todas as carreiras e por isso no Conselho de Ensino não deve haver somente representantes

de uma carreira”, afirmou Max.

A terceira ADI (nº 6014) é referente ao Conselho Superior da Polícia Civil que atualmente elege apenas delegados de classe especial para tomar as decisões que afetam toda a instituição. Giancarlo explica que os membros representantes participam somente das reuniões de matérias relacionadas às categorias funcionais que representam. “As deliberações do Conselho Superior afetam o cotidiano do trabalho e a vida funcional dos policiais civis, por isso deve haver membros eleitos de todas as carreiras de forma igualitária, na mesma quantida-



A intenção é acabar com a discrepância no magistério policial em Mato Grosso do Sul

de, com voz e voto”, destacou Giancarlo. Os relatores aplicaram aos casos o rito abreviado previsto no artigo 12 da Lei 9.868/1999 (Lei das ADIs), que permite o julgamento definitivo das ações pelo Plenário, sem prévia análise do pedido de liminar.

servidorpúblico.MS

jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul
Jornal de distribuição dirigida com atualização diária na internet pelo endereço www.servidorpublicoms.com.br - Circula domingo na Av. Afonso Pena, nos órgãos públicos, autarquias e empresas públicas federais, estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul.

Jornalista Responsável: Cláudio Souza - DRT 411 MS
REDAÇÃO: (67) 99257-9847
servidorpublico.ms@gmail.com | www.servidorpublicoms.com.br
Avenida Guaicurus, 4.147 - Alves Pereira - Campo Grande - MS



28 DE OUTUBRO

Dia do Servidor Público

Uma homenagem da ACP



ACP
SINDICATO CAMPO-GRANDENSE DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952

65 ANOS

acesse
@acpmsocial
www.acpms.com.br
Rua 7 de Setembro, 693
Fone 3324-7014

Governo vai à Justiça para manter comissionados e continuar com sucateamento do Detran-MS

II O Governo do Estado e a diretoria do Detran-MS deixaram a vergonha de lado e recorreram à justiça estadual para manter órgão como cabide de comissionados. O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador Divoncir Schreiner Maranhão, atendeu o recurso ajuizado pelo Detran-MS e desobrigou o órgão a nomear servidores de carreira para cargos de chefia do órgão.

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br

A liminar foi uma vitória do Sindicato dos Servidores do Detran (SINDETRAN-MS), que vê com tristeza essa decisão do TJ. “Ficamos envergonhados ao ver que o governo e a diretoria do Detran buscaram a justiça para manter os comissionados que só fazem inflar a folha de pagamento. Os servidores do quadro do Detran têm o direito, garantido por Lei, de serem nomeados para 50% dos cargos de chefia do órgão e o que vemos é a justiça trabalhando contra a Lei”, afirma o presidente do SINDETRAN-MS, Octacílio Sakai Junior.

Ao todo, o órgão possui 129 cargos de chefia e metade deles deveria ser ocupado por servidores de carreira de acordo



Governo do Estado e a diretoria do Detran recorreram à Justiça para manter órgão como cabide de comissionados

com a Lei Estadual n. 3.841/09, que organiza o Plano de Cargos e Carreiras do Detran. Hoje o órgão possui mais 700 servidores efetivos aptos a assumirem os cargos de chefia, que hoje são ocupados por comissionados.

Ao justificar o pedido vergonhoso ao TJ, a diretoria do Detran-MS ainda desqualificou os servidores do quadro, afirmando que tal procedimento poderia prejudi-

car o bom atendimento à população. “A falta de servidores no Detran acontece porque a diretoria e o Governo do Estado não têm interesse em nomear concursados ou realizar novos concursos públicos. O que eles querem é sucatear o órgão, garantindo assim um cabide de empregos para seus aliados, e empresas terceirizadas realizando serviços que poderiam ser executados por servidores da carreira”, exclamou Sakai.

SAÚDE

Casems lança Núcleo de Experiência do Beneficiário para proporcionar melhor atendimento aos servidores

II Na última quarta-feira (24/10), a Casems lançou o ‘Núcleo de Experiência do Beneficiário’, grupo formado por colaboradores que filtram as críticas e sugestões dos beneficiários em espaços como ouvidorias, redes sociais e ‘fale conosco’ para aprimorar o atendimento e melhorar a experiência dos clientes do plano de saúde. De acordo com a diretora de Clientes da Casems, Jucli Stefanello, a intenção é tabular e cruzar esses dados com o interior para uniformizar o serviço.

Da Redação
www.servidorpublicoms.com.br

EQUIPE

“Como o Estado é grande e a Casems existe em todo o MS, se faz necessário esse trabalho para que as informações cheguem em todas as unidades de atendimento e o beneficiário se sinta acolhido”. A equipe multidisciplinar propõe soluções para as questões encontradas nas análises.

Para o presidente da Caixa dos Servidores, Ricardo Ayache, a Casems manteve este compromisso com o servidor desde o início. O Núcleo é uma estratégia para formalizar essa ação, “voltado exclusivamente para esse movi-

mento de acompanhar a experiência do beneficiário, com o objetivo de verificar o atendimento em toda a rede credenciada e dá subsídio para desenvolver ações que melhorem significativamente a performance da recepção”.

Moysés Simantob, consultor da Casems, explica que a experiência do beneficiário são os pontos de contato em que ele acessa e interage com a organização dos hospitais e clínicas. “A recepção, o site, a revista, a comunicação via telefone, as clínicas e hospitais produzem percepções positivas ou negativas”.



Grupo formado por diretores analisa semanalmente sugestões e críticas dos beneficiários

Em 4 anos cai número de policiais nas ruas e criminalidade aumenta em MS

II A redução no número de policiais e o aumento da criminalidade devem marcar a gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB), que disputa o segundo turno com o juiz federal Odilon de Oliveira (PDT). Em quatro anos, houve crescimento de até 57,9% no número de roubos, furtos e estupros no Estado. A boa notícia é que houve queda expressiva em homicídios dolosos.

Edivaldo Bitencourt
www.ojacare.com.br

A guerra de facções, que vem inovando na crueldade dos crimes com decapitações das vítimas, e a utilização de armamentos pesados, como metralhadora .50 em assaltos, vai exigir mais investimentos em estratégia e inteligência para combater o crime organizado.

A população sente na pele a precariedade na segurança pública. Conforme a Sejusp (Secretaria de Justiça e Segurança Pública), em quatro anos, o número de roubos teve crescimento de 26% na Capital, passando de 3.626 casos, registrados entre 1º de janeiro de 2014, para 4.571 no mesmo período deste ano. No Estado, foram 7,3 mil assaltos a mão armada em 2018, alta de 9,43% em relação ao último ano



Número de roubos, furtos e estupros é maior neste ano que em relação a última gestão

do mandato de André Puccinelli (MDB), com 6,6 mil casos.

O número de furtos oscilou positivamente em 11,3% no mesmo período, de 26,4 mil para 29,4 mil em nove meses.

De acordo com o Governo, houve aumento de 21,44% no número de estupros no Estado, de 1.040 para 1.263 ocorrências. Na Capital, a evolução foi ainda maior, de 57,9%, de 252 para 398 casos de estupro.

O presidente do Sinpol (Sindicato dos Policiais Cíveis), Giancarlo Miranda, destaca o aumento da violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul. "Somos primeiro no ranking nacional", lamenta, citando que a proporção sul-mato-grossense é de 54,4 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional de 24/100 mil.

No geral, conforme o sindicalista, a média estadual é de 7,6 crimes contra a mulher, enquan-

to a média dos estados brasileiros é de 4,4/100 mil.

No entanto, nem tudo foi perdido nos últimos quatro anos. Houve redução de 28,6% na quantidade de homicídios dolosos em MS, de 437 para 342. A queda foi mais expressiva ainda na Capital, de 45,5%, de 112 assassinatos registrados de janeiro a setembro de 2014, para 63 no mesmo período deste ano, conforme a Sejusp.

Uma das causas do aumento da criminalidade é déficit na tropa da PM. De acordo com a lei, o número ideal seria de 9.616 policiais, mas só 4.791 militares estão na ativa. O efetivo é inferior ao registrado há 11 anos, quando a PM contava com 5,7 mil integrantes, conforme o presidente da AME-MS (Associação dos Militares Estaduais), tenente Thiago Mônaco.

Entre 2007 e 2018, a população sul-mato-grossense passou de 2,265 milhões para 2,748 milhões de habitantes. Isso

significa que a proporção era de um policial militar para cada 397 habitantes. Hoje, existe um PM para 573 moradores.

Somente após três anos e meio no cargo, o governador Reinaldo anunciou a realização de concurso público para contratar menos de 500 policiais militares. Este número é considerado insuficiente para atender a demanda de 4,8 mil militares.

O déficit da tropa sobrecarrega os policiais militares na ativa. Outro agravante é a defasagem salarial de 23,44%. Mônaco lembra que o policial sul-mato-grossense já chegou a ostentar o 3º maior salário do País, mas hoje não chega a ficar entre os 20 melhores.

O mesmo problema atinge os policiais civis, que recebem o 17º maior salário no País. Na campanha de 2014, o tucano tinha assumido o compromisso de elevar para o 5º melhor.

Levantamento do Sinpol

Violência em números em MS

FURTOS - ALTA DE 11,3%

2014.....	26.456
2018.....	29.454

ROUBOS - ALTA DE 9,43%

2014.....	6.696
2018.....	7.321

ESTUPRO - ALTA DE 21,4%

2014.....	1.040
2018.....	1.263

HOMICÍDIO - QUEDA DE 28,6%

2014.....	437
2018.....	342

Números da criminalidade na Capital

FURTOS - ALTA DE 10,86%

2014.....	11.500
2018.....	12.750

ROUBOS - ALTA DE 26%

2014.....	3.626
2018.....	4.571

ESTUPRO - ALTA DE 57,9%

2014.....	252
2018.....	398

HOMICÍDIO - QUEDA DE 45,5%

2014.....	112
2018.....	63

Fonte: Sejusp

mostra que 15% das 750 viaturas da Polícia Civil estão encostadas em decorrência de problemas mecânicos. Outro problema, de acordo com Giancarlo, é a destinação de 20 litros de combustível por semana, o que limita o trabalho dos agentes.

Sobre as novas viaturas distribuídas pelo governador no programa MS Mais Seguro, que teve investimento de mais de R\$ 96 milhões e entregou

700 novas viaturas, o problema foi a utilização de critério político na distribuição. Conforme o sindicalista, cidades sem necessidade foram contempladas, enquanto outras continuaram com as velhas.

O Jacaré procurou a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública para falar sobre as críticas e fazer balanço, mas não houve retorno até a publicação desta matéria.

Lideranças sindicais se dividem na eleição

II A defasagem salarial de 23,44% em quatro anos, a polêmica Reforma da Previdência, a falta de diálogo por parte do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e as denúncias de corrupção não uniram os 75 mil servidores públicos estaduais nas eleições deste ano. Sindicatos do funcionalismo público estadual se dividiram entre apoio à reeleição do tucano e o candidato de oposição, o juiz federal Odilon de Oliveira (PDT).

Edivaldo Bitencourt
www.ojacare.com.br

O ponto alto do confronto entre os funcionários públicos e a atual administração foi a Reforma da Previdência, aprovada com o apoio de 13 deputados estaduais em novembro do ano passado. Contra o protesto dos sindicatos, o Batalhão de Choque e policiais militares usaram da violência contra os manifestantes na Assembleia Legislativa.

Este foi o principal motivo que levou o Fórum dos Servidores Estaduais, composto por 23 sindicatos e associações, a declarar apoio ao juiz Odilon no segundo turno. Em quatro anos, os 75 mil servidores tiveram reajuste salarial de 6,07%. O Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos) calcula que a defasagem salarial acumulada é de 23,44%



Forum dos Servidores Públicos de MS declarou apoio ao candidato Juiz Odilon

desde a posse do tucano.

O fórum apontou ainda a falta de diálogo entre o governador e o funcionalismo e a Reforma da Previdência, que elevou a alíquota de contribuição de 11% para 14% e retirou R\$ 377 milhões do fundo previdenciário criado em 2012.

Um dos coordenadores do Fórum e presidente do Sinpol (Sindicato dos Policiais Civis), Giancarlo Miranda, revela que Reinaldo não cumpriu oito das 10 promessas feitas em 2014. Ele convocou os remanescentes e manteve a paridade das aposentadorias com os salários dos ativos.

Há quatro anos, o tucano prometeu colocar os salários dos policiais entre os cinco melhores do País. O subsídio do agente da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul despencou cinco posições desde 2015 e está em 17º lugar no ranking nacional. A situação piorou,

apesar dos protestos feitos pelos policiais, como o acampamento durante 39 dias no Parque dos Poderes.

As promoções garantiram ganhos de até 16% nos salários dos agentes. No entanto, o reajuste salarial foi de 6,07%, observa o sindicalista.

O mesmo problema ocorreu na Polícia Militar, que conseguiu colocar as promoções em dia na gestão tucana. Graças à não reposição integral da inflação acumulada, o salário do policial sul-mato-grossense não está entre os 20 maiores no ranking nacional. “Já chegou a ser o 3º maior do País”, lamenta o tenente Thiago Mônico, presidente da AME-MS (Associação dos Militares Estaduais) e um dos coordenadores do Fórum dos Servidores.

Outro problema, segundo o militar, é o déficit de 4,8 mil policiais. O efetivo atual de 4,7 mil

militares é inferior ao quadro de 2007, quando a tropa contava com 5,7 mil integrantes na ativa. Ou seja, a população aumentou nos últimos 11 anos, mas o efetivo da PM teve redução.

Mônico ainda lamenta as denúncias de corrupção contra o atual governador, que teve o filho preso na Operação Vostok, da Polícia Federal. “Não quero isso para o meu Estado”, ressalta.

Além da perda do poder aquisitivo dos salários, os 4,5 mil servidores da área de saúde sofrem com a falta de equipamentos e condições de trabalho, conforme Ricardo Bueno, presidente do Sintss (Sindicato dos Servidores da Seguridade Social). “Não houve diálogo e ainda empregou a violência contra os servidores”, critica.

Por outro lado, mesmo admitindo a defasagem salarial e de que a atual administração deixou

de fazer muita coisa, 18 sindicatos decidiram oficializar apoio à reeleição de Reinaldo.

Para o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM e Corpo de Bombeiros, Mauro Sérgio Couto, a medida tem o objetivo de assegurar acesso ao Governo em caso de vitória do tucano. “O Reinaldo vai ser reeleito, não adianta bater panela nem aquartelamento”, justificou-se.

“Ele pagou os salários em dia e zerou as promoções”, elogia. Contudo, o líder dos militares admite que a categoria sofre com a defasagem de 23% nos salários. “Esperamos chegar a isso (reajuste de 23%) nos próximos quatro anos”, diz.

Couto também critica a Reforma da Previdência, que teria sido prejudicial para os policiais militares, que tiveram o aumento no desconto previdenciário de 11% para 14%. O presidente da ACS aposta que Reinaldo poderá fazer no próximo mandato o que não fez nos últimos três anos e 10 meses.

Já a presidente do Sindsad (Sindicato dos Servidores Administrativos), Lilian Fernandes, destaca que o principal feito de Reinaldo foi iniciar a correção das distorções dos 7 mil funcionários de nove carreiras. Ela explica que o atual Governo

priorizou os menores salários.

“Não foi a ideal (gestão de Reinaldo), mas não foi ruim”, avalia a sindicalista. Um dos itens negativos é a defasagem salarial de 23%. No entanto, ela considera que o governador acabou arcando com o custo político ao fazer a opção em corrigir as distorções nos menores salários, que teriam contabilizado ganhos de até 45%.

A Reforma da Previdência afetou 10% dos funcionários ligados ao Sindsad, segundo estimativa da presidente.

Os sindicatos divergem sobre a forma de diálogo. O Fórum dos Servidores destaca que sempre negociou diretamente com os governadores, prática adotada por Zeca do PT e André Puccinelli (MDB). Já Reinaldo só recebeu o grupo uma única vez, em 2015.

As outras entidades já consideraram lucro serem recebidas pela equipe técnica e o então secretário de Administração, Carlos Alberto Assis.

A divisão dos sindicatos compromete a defesa dos 75 mil servidores. A folha salarial soma R\$ 450 milhões por mês.

O desafio do próximo governador será acabar com as distorções, rediscutir a Reforma da Previdência e tentar por fim à defasagem salarial.

STJ arquiva denúncia do Fantástico contra Reinaldo Azambuja, mas tucano ainda é alvo de dois inquéritos

II A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça arquivou, por unanimidade, a investigação contra o governador Reinaldo Azambuja (PSDB). O inquérito 1.198 apurava a denúncia feita pelo Fantástico, da TV Globo, de que o tucano era beneficiado por suposto esquema criminoso de cobrança de propina de até R\$ 500 mil em troca da manutenção de incentivos fiscais.

Edivaldo Bitencourt
www.ojacare.com.br

No entanto, o tucano ainda é alvo de mais dois inquéritos na corte. A situação mais delicada é a do inquérito 1.190, relatado pelo

ministro Felix Fischer, que apura o pagamento de R\$ 67,7 milhões em propinas pela JBS e prejuízo de R\$ 209,7 milhões aos cofres estaduais. Este caso levou a prisão de 14 pessoas, inclusive do filho de Reinaldo, e ao bloqueio de R\$ 277 milhões da sua família.

O segundo é o 1.243, que investiga o envolvimento do governador no suposto plano para matar o corretor de gado José Ricardo Guitti Guimarães, o Polaco. O objetivo seria evitar a delação premiada.

O Jacaré antecipou o julgamento desta quarta-feira no dia 25 de setembro deste ano, quando o inquérito 1.198 foi



Polícia Federal mantém investigação contra os acusados sem foro, como Polaco, que assumiu a cobrança de propina

incluído na pauta da Corte Especial pela relatora, a ministra Maria Thereza de Assis Moura. Esta notícia foi tirada do ar por determinação do juiz Wagner Mansur Saad, do TRE, a pedido da coligação do tucano.

Os ministros do STJ acompanharam o parecer do vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, que não viu indícios de crime contra o governador.

O MPF considerou a nova versão para a denúncia, dada pelo empresário José Alberto Miri Berger, em depoimento à Polícia Federal em Campo Grande no dia 4 de junho deste ano. Ele recuou das declarações feitas ao Fantástico.

De acordo com o empresário, Reinaldo foi protocolar e pediu para procurar a equipe da Secretaria de Fazenda. O seu pai, Roberto Berger, reforçou a nova versão, de que não havia provas do encontro com o governador, de quem o filho é vizinho.

Berger contou que entrou em contato com Polaco a partir da recomendação de integrantes do setor de frigoríficos e não a pedido de Sérgio de Paula. Ele ressaltou que pagou a propina no desespero e só viu que caiu em um golpe ao ser obrigado a recorrer à Justiça para manter o incentivo.

Na versão dada ao programa global, o dono da Braz contou outra história, de que Reinaldo o orientou a procurar Sérgio de Paula e este indicou Polaco. O corretor de gado tinha exigido R\$ 500 mil e o benefício tinha sido reativado após o pagamento. Só houve suspensão quando Polaco teria exigido o pagamento mensal de R\$ 150 mil.

Ele gravou o vídeo com o pagamento da propina e

o flagrante foi exibido no Fantástico.

Mesmo com a mudança na versão de Berger, conforme o procurador Luciano Mariz Maia, o caso continua sendo investigado pela PF, mas apenas para os citados sem foro privilegiado.

Agora, a principal preocupação do governador é a Operação Vostok, que cumpriu mandados de busca e apreensão em seu apartamento e na Governadoria no dia 12 de setembro deste ano.

Reinaldo tem reiterado que, neste caso, é vítima dos "pilantras da JBS", que firmaram a delação premiada e o acusam de receber propinas em troca de incentivos fiscais. Ele garante ainda que o filho, Rodrigo Souza e Silva, é inocente.



Corte Especial foi unânime em arquivar investigação contra o governador de MS

ACP comemora Dia do Servidor com importantes vitórias judiciais para os profissionais da educação

II No mês em que se comemora o Dia do Professor e do Servidor, 15 e 28 de outubro, a ACP parabeniza esses profissionais essenciais para o bem-estar e o desenvolvimento da população e comemora vitórias significativas para a categoria.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A ACP, representando todos os professores, filiados e não filiados promoveu, em 04/11/2016, uma ação coletiva, pedindo que a Justiça decretasse a nulidade dos Decretos Municipais n. 12.528, de 6/01/2015; n. 12.595, de 07/04/2015; e n. 12.798, de 30/04/2016, porque suspenderam direitos previstos em Leis Complementares do Município de Campo Grande.

O Juiz de Direito da 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Comarca de Campo Grande, Marcel Henry Batista de Arruda, acolheu ação. Em sentença do dia 10 de outubro de 2018, processo n. 0840510-53.2016.8.12.0001, o magistrado condenou o Município de Campo Grande a:

a) Fazer a incorporação na folha de pagamento desde a data em que deveriam



Em decisão vitoriosa para o sindicato, prefeitura é obrigada a pagar, retroativamente, direitos funcionais congelados por decreto na gestão do então prefeito Gilmar Olarte

ser pagos os seguintes direitos:

1. Promoções horizontal e vertical;
2. Adicional de tempo de serviço;
3. Abono de permanência;
4. Adicional noturno.

b) Pagar os valores retroativos correspondentes aos direitos suspensos, desde 01/01/2013, pelos referidos decretos, desde a data em que deveriam ter sido pagos, com juros e correção monetária.

A sentença acatou a alegação da ACP e assim está fundamentada: “A procedência da ação é medida que se impõe, pois que decretos, que constituem normas de natureza infralegal, não se mostram aptos a inovar o mundo jurídico, para criar ou restringir direitos, extrapolando seu papel

de apenas regulamentar a lei, sob pena de afronta ao princípio da legalidade, previsto no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal”. Essa é a sentença de 1º grau. O município tem, em querendo, 30 dias para recorrer.

No momento oportuno, a ACP informará os procedimentos a serem adotados pelo professor ou professora abrangidos pela sentença judicial.

A secretária jurídica da ACP, professora Maria

Aparecida do Nascimento, fala sobre a importância de mais essa vitória para a categoria.

“A nossa principal conquista é reaver os direitos fundamentais da carreira que, por tanto tempo, ficaram perdidos. Mais do que os valores em dinheiro, o ganho dessa ação é institucional. Mostra que o sindicato está sempre atento à defesa da categoria e dos direitos dos trabalhadores”, afirma professora Maria Aparecida.



ACP orientou seus filiados a promoverem a ação popular

ACP orientou ação popular acolhida pela justiça

ACP orientou ação popular acolhida pela justiça

Mais um sinal da atenção da secretaria jurídica, na luta pela preservação dos direitos da categoria, em 2014, a direção da ACP constatou que a verba destinada à educação estava sendo indevidamente usada para custear nomeações irregulares porque não se destinavam a “convocação de professor, para substituição de docente afastado da sala de aula”, como previsto no inciso IV, do art. 293, da Lei Complementar Municipal n. 190 e art. 73, da Lei Complementar 19/98, regulamentada pelo decreto 10.440/08.

“As convocações ocorreram para funções estranhas ao magistério e não para substituição de docente afastado de sala de aula, ferindo, assim, os direitos da classe”, explica a advogada da ACP, Dra Maria Tereza Delalibera Leite.

A ACP orientou seus filiados a promoverem a ação popular, que foi ajuizada por um grande número de pessoas contra o então prefeito Gilmar Olarte, sendo acolhida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande, David de Oliveira Gomes Filho, com a publicação da sentença no Diário de Justiça do dia 16 de outubro de 2018

(processo nº 0837530-07.2014.8.12.0001).

O Poder Judiciário declarou nulas as contratações e condenou o ex-prefeito a ressarcir aos cofres da Prefeitura Municipal de Campo Grande, com juros e correção monetária, “os valores despendidos com as contratações”, conforme ficou decidido na sentença. Essa é a sentença de 1º grau. O réu, em querendo, tem 15 dias para recorrer.

Olarte ainda tornou-se ineligível, por oito anos, em decorrência dessa decisão, e com a obrigação de fazer o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

“Decisões como essas têm caráter educativo e preventivo muito grandes, pois demonstram, aos representantes dos entes públicos federados, que é imprescindível o respeito ao erário público e aos direitos funcionais dos servidores. No mês em que comemoramos o Dia do Professor e do Servidor Público, em 15 e 28 de outubro, nos honra muito poder afirmar, com o resultado do nosso trabalho, que a ACP desempenha um papel significativo na vigilância em defesa não só da categoria, mas da educação e do serviço público de Campo Grande”, conclui o presidente da ACP, Lucílio Nobre.

SINDIJUS-MS lança a campanha unificada Outubro Rosa e Novembro Azul; Previna-se

II Em alusão às campanhas de conscientização acerca do câncer de mama e de próstata, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) lança a campanha unificada Outubro Rosa e Novembro Azul.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

OUTUBRO ROSA

De acordo com os dados recentes do Instituto Nacional de Câncer (INCA), a partir de 2018, estima-se que cerca de 59.700 novos casos de câncer de mama sejam diagnosticados no Brasil por ano. O número indica que a cada 100 mil mulheres, cerca de 56 desenvolvem a condição.

Os dados alarmantes posicionam a neoplasia como a segunda que mais acomete mulheres em todo o mundo. Diante da realidade, a melhor medida continua sendo a prevenção. É isso que impulsiona o Outubro Rosa, um mês dedicado à disseminação de informações sobre os direitos e a importância de olhar com atenção para a saúde da mulher.

Mais do que levantar dados, a campanha visa garantir às mulheres atendimento, assistên-

VAMOS TOCAR NESSE ASSUNTO
Outubro Rosa e Novembro Azul

Previna-se

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

SINDIJUS

cia médica e suporte emocional, garantindo prevenção, diagnóstico e tratamento de qualidade.

O que é Outubro Rosa?
- O Outubro Rosa é uma campanha mundial realizada anualmente no mês de outubro, que busca a conscientização das mulheres a respeito da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, aumentando

as chances de cura e reduzindo a mortalidade. A campanha é simbolizada pelo laço cor-de-rosa.

NOVEMBRO AZUL

Mês em que o mundo se une em prol da luta contra o câncer de próstata. Mas, qual a importância de discutir o assunto? Os números nos dão a resposta. Dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA) mostram que, no Brasil, o câncer

de próstata é o segundo tipo mais comum entre os homens (perde apenas para o câncer de pele não melanoma). As estimativas do INCA, para 2014/2015, são de cerca de 68.800 novos casos de câncer de próstata no País.

Em 2011, 13.129 mil brasileiros morreram em decorrência da doença. Em valores absolutos, é o sexto tipo mais

comum no mundo e o mais prevalente em homens, representando cerca de 10% do total de cânceres. O câncer de próstata é a segunda principal causa de morte por câncer em homens, seguido apenas pelo câncer de pulmão. Cerca de 1 homem em 36 morrerá de câncer de próstata.

O exame físico (de toque) é realizado pelo

médico e dura apenas 10 segundos! Tem como objetivo analisar a consistência da próstata, o tamanho e se existem lesões palpáveis através do reto na glândula. Esse exame ainda gera muita polêmica e, talvez por isso, a conscientização sobre a gravidade da doença seja tão necessária. É preciso acabar com o preconceito que ainda existe em muitos homens.